

Discurso de Abertura – 46º CONAT e 19º ELAT

“A colheita nas mãos operárias
Benze a terra, minérios e mais
O Araguaia dentro dos olhos
Eu me perco de amor por Goiás!”

Com esse trecho do **Hino do Estado de Goiás – Santuário da Serra Dourada** – saúdo este maravilhoso Estado que nos acolhe nesse 46º CONAT. Cumprimento todas as goianas e goianos, terra de memoráveis intelectuais, de advogadas e advogados trabalhistas notáveis, como o inesquecível e infelizmente recém-falecido **Julpiano Chaves Cortez**, que foi um exemplo de advogado trabalhista e, inclusive, patrono estadual do 30º CONAT que ocorreu aqui em Goiânia, em 2008, para o qual peço uma salva de palmas.

Cora Coralina, nossa musa goiana e inspiração desse CONAT, disse certa vez:

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.”

Com esse pensamento, saúdo os ilustres componentes da Mesa Diretora, autoridades já nominadas, bem como cumprimento a todas e todos que estão envolvidos neste Congresso Nacional da Advocacia Trabalhista: seja como palestrante, como membro inscrito ou como realizador das inúmeras tarefas que já foram e ainda serão empreendidas.

Aqui, peço licença para agradecer, agradecer e novamente agradecer as pessoas que fizeram esse CONAT acontecer porque o resultado desse congresso é fruto de um coletivo e que, sem eles, nada disso seria possível.

Então, sim, vou nomina-los porque eles merecem. Se eles não tivessem acreditado nesse projeto, não estaríamos aqui hoje.

Minha presidenta Cristiane Pavan; meu presidente Rafael Lara, meu diretor de eventos Fernando Mendes; minhas queridíssimas e incríveis Jaia Guerra e Andrezza Rodart; minha maravilhosa executiva composta por André Sturaro, Valena Jacob, Jocelino e Diego Granzoto; minha comissão científica e organizadora composta por meus diretores Larissa Matos, Erazê Sutti, Rodrigo Bastos, Wilson Borges e Flavio Roesberg e; pelos ex-presidentes Nilton Correia, Alessandra Camarano, Otavio Pinto e Silva, Luis Carlos Moro, Roberto Parayba, Silvia Burmeister e Bernadete Kurtz e também ao meu presidente Gustavo Afonso do IGT, Daniela Muradas, Arlete Mesquita e Gustavo Pelá.

Peço, por favor, uma salva de palmas porque, sem eles, não estaríamos aqui! Obrigada pela confiança e pelo sucesso do evento!

Agradeço, também de maneira muito especial e carinhosa, minha mãe, meus irmãos Denise e Marcelo, meu pai, que é meu maior apoiador e conselheiro e meu companheiro Marcelo por toda paciência nesse PPC (período pre conat).

Meu fraternal e carinhoso abraço.

E como diz a letra de uma música tão cantada aqui e replicada maravilhosamente pela orquestra de Goiás:

**“Deus me deu a chance de andar pelo mundo
De voar bem alto, mergulhar bem fundo (...)”**

Mas prossegue a canção:

“Quando eu quero mais
Eu vou pra Goiás.”

E aqui estamos.

Ao ocupar a tribuna hoje, após a frase simbólica da ministra Carmem Lúcia de que são “2.000 anos de silêncio das mulheres”, partilho esse espaço com as Dandaras, as Marias Bonitas, as Marias Felipas, as Antígonas, as Evas, com Luiza Mahin, mãe de Luis Gama, com Myrthes Gomes, a primeira mulher que lutou e obteve sua inscrição na OAB; divido essa tribuna com Lyda Monteiro da Silva, uma empregada da OAB que, em plena ditadura, recebeu uma carta dirigida ao Presidente Eduardo Seabra Fagundes, mas que não era carta-de-amor, e, por isso, explodiu em suas mãos e lhe retirou a vida. Divido com todas as mulheres e com todos os homens parceiros das mulheres que lutam pelos direitos sociais.

E é com o coração tomado de emoção e de responsabilidade que digo que chegamos aqui após um marco histórico.

Em 11 de agosto de 2025, justamente no Dia da Advocacia, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a ABRAT é entidade de “ampla representatividade”, apta a “efetivamente contribuir para o debate” jurídico e social que envolve o Direito do Trabalho e a democracia.

Este reconhecimento não é apenas uma conquista institucional, mas a consagração de uma trajetória de 47 anos de luta, resistência e compromisso com os direitos sociais. Vivemos tempos desafiadores. Tempos em que a tentativa de esvaziar a competência da Justiça do Trabalho e de fragilizar o Direito do Trabalho exige de nós coragem e unidade.

Não há democracia sem trabalho digno. Não há soberania sem valorização de quem produz a riqueza deste país. Não há justiça social sem respeito às garantias fundamentais da classe trabalhadora.

Neste último ano, a ABRAT esteve na linha de frente defendendo que o direito a sustentação oral é prerrogativa da advocacia e inegociável.

Habilitamos como amicus curiae em mais de 20 processos no TST, STF e CNJ.

Realizamos o IX Encontro de direito sindical na bela cidade de Maceió recebida com imenso carinho pela ATAL aqui representada pelo meu sempre amigo e presidente Bruno e pelo querido presidente do TRT 19 que se encontra aqui presente, o Desembargador Jasiel Ivo.

Lançamos 2 livros e 1 revista.

Combateemos a pejotização no Tema 1389 do STF do qual, inclusive, com muito orgulho, seremos a ÚNICA ENTIDADE DA ADVOCACIA A TER VOZ NA AUDIENCIA PÚBLICA QUE OCORRERÁ NO STF NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2025.

Além disso, a ABRAT defendeu a igualdade salarial entre homens e mulheres na ADI 7612; resistimos contra o contrato intermitente na ADI 6154 e reafirmamos que o acesso à Justiça do Trabalho não pode ser limitado por exigências inconstitucionais, como na ADI 6002.

Nossa atuação tem sido incansável, tanto nos tribunais quanto nas ruas. Ao lado da ANAMATRA, aqui representada pelo meu querido amigo Rossifran Trindade e ANPT, representada por sua presidenta e querida amiga Adriana Souza, mobilizamos o país inteiro em defesa da competência da Justiça do Trabalho no dia 07 de maio de 2025.

Levamos nossa voz ao TST, ao STF, ao Executivo, ao Parlamento e, no plano internacional, estivemos em Havana e na OIT em Genebra, reafirmando que a luta pelos direitos trabalhistas é global.

Colegas, o tema que nos reúne aqui – “Direito cogente, trabalho sem gente” – não é apenas uma provocação. É um alerta. De que serve a lei se a realidade insiste em suprimir a pessoa que trabalha? De que serve a Constituição se a lógica mercantil transforma trabalhadores em mercadorias? De que serve a democracia se o povo é afastado do direito elementar a um trabalho digno, protegido e valorizado? A advocacia trabalhista é, e continuará sendo, trincheira viva da democracia. É ela quem garante que o Direito do Trabalho não se torne letra morta. É ela quem resiste contra os avanços autoritários e mercantilistas. É ela quem, em última instância, defende a própria soberania nacional, porque um país que não valoriza o trabalho de sua gente não é soberano. Reafirmamos, aqui em Goiânia, o compromisso da ABRAT: com a defesa intransigente dos direitos sociais, com a preservação do Direito do Trabalho, com o fortalecimento do sindicalismo democrático, e com a construção de um Brasil mais justo, solidário e humano.

Colegas, não há espaço para neutralidade. Em tempos de ataques, resistir é um dever histórico. E resistiremos. Em tempos de retrocessos, sonhar é um ato revolucionário. E sonharemos. Em tempos de opressão, lutar é a mais bela forma de esperança. E lutaremos. Que este Congresso seja mais que um encontro acadêmico. Que ele seja um ato político, um grito de resistência, um marco na defesa da dignidade humana e da democracia. A advocacia trabalhista não se curva.

A advocacia trabalhista não se cala.

A advocacia trabalhista segue firme, porque sua causa é a causa da justiça social, da soberania e da vida.

Viva a ABRAT!

Viva a advocacia trabalhista!

Muito obrigada e excelente congresso a todos e todas.